

As assimetrias regionais na construção da Sociedade da Informação em Portugal

The regional asymmetries in building the Information Society in Portugal

Luís Miguel Ferreira, Universidade do Minho, Portugal, mail@luismiguelferreira.pt

Luís Amaral, Universidade do Minho, Portugal, amaral@dsi.uminho.pt

Resumo

São notórias as assimetrias regionais existentes na construção da Sociedade da Informação no panorama internacional. Vários estudos e organismos internacionais publicam informação estatística e análises que apontam para um atraso significativo dos países em vias de desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos, por exemplo. Por outro lado, Portugal, considerado com um todo, apresenta algum atraso em relação à linha da frente dos países mais avançados, quer no contexto internacional quer mesmo no contexto europeu. São também evidentes as assimetrias regionais existentes no nosso país em várias áreas do desenvolvimento, sendo que o Índice Digital Regional (IDR) publicado entre 2012 e 2015, continua a confirmar a existência de severas assimetrias regionais, em Portugal, em termos de construção da Sociedade da Informação. A região de Lisboa é mesmo a única que continua a posicionar-se à frente da média apurada para Portugal.

Palavras-chave: IDR; Sociedade da Informação; assimetrias regionais.

Abstract

Are notorious the regional asymmetries in building the information society in the international arena. Several studies and international bodies publish statistical information and analyzes that point to a significant gap between the developing and developed countries, for example. On the other hand, Portugal considered as a whole, presents some gaps relative to the forefront of the most advanced countries, or in the international context or even in the European context. Are also evident existing regional disparities in our country in various areas of development. The Regional Digital Index (RDI) published between 2012 and 2015 continues to confirm the existence of severe regional asymmetries in Portugal, in terms of construction of the Information Society. The Lisbon region is really the only one that continues to position itself ahead of the average calculated for Portugal.

Keywords: RDI; Information Society; regional asymmetries

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de Portugal tem decorrido sem evitar a existência de assimetrias regionais num conjunto importante de áreas concretas. São várias as evidências desta realidade estudada, aliás, em inúmeros contextos, desde a questão da produção e distribuição da riqueza produzida no nosso país, poder de compra, passando pela concentração populacional e por questões mais concretas como o acesso à saúde, à educação ou à cultura. Há muito que a literatura empírica sublinha a realidade socioeconómica assimétrica que Portugal apresenta, contrastando sobretudo litoral e interior, mas também “Norte” e “Sul” [Silva & Ribeiro 2013], embora ao nível das NUTs II¹ essas assimetrias sejam igualmente evidentes.

¹ Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, cuja composição atual está disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=230205992&PUBLICACOESmodo=2

Importaria, portanto, perceber até que ponto o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal está a ser desencadeado sem ter ou não em atenção os “valores da equidade, da coesão nacional e da solidariedade regional” [Ferreira & Amaral 2015]. Foi dessa necessidade que surgiu a criação e desenvolvimento do Índice Digital Regional (IDR), um índice composto construído no âmbito de um projeto de doutoramento concluído em 2014 que pretendia, precisamente, ir no sentido da “compreensão da realidade da Sociedade da Informação nas sete regiões NUTs II portuguesas, comparando-as e contrastando-as” [Ferreira 2014].

A primeira edição do IDR, cujos indicadores, na sua maioria, se reportavam ao ano de 2012, apontava já para uma supremacia da região da Área Metropolitana de Lisboa bastante evidente e significativa (na altura ainda designada por Região de Lisboa, embora a área de abrangência fosse exatamente a mesma da atual, no seguimento da revisão por parte do INE). A edição relativa a 2015, a quarta que acaba de ser alvo de publicação, apesar de contar atualmente com 105 indicadores (mais 32 do que o total dos que foram utilizados na primeira edição do índice), continua a confirmar a total supremacia da região da Área Metropolitana de Lisboa em relação às restantes regiões NUTs II portuguesas, não só no *score* final do IDR, bem como no *score* apurado para os quatro sub-índices que constituem o IDR (Contexto, Infraestrutura, Utilização e Impacto).

O presente artigo, para além de abordar os principais aspetos metodológicos inerentes ao IDR, apresenta os resultados mais relevantes do IDR 2015, cuja publicação ocorreu em junho de 2016².

2. ASSIMETRIAS NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Uma sociedade em que parte significativa da população se encontra excluída dos benefícios das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), é uma sociedade insegura e que corre perigo de desintegração [ITU & UNCTAD 2007], para além de que estar à margem da sociedade em rede terá desvantagens sociais e económicas para os cidadãos e para as empresas [Gaul & Messinger 2002]. Isto quer dizer que os cidadãos alheados da utilização da Internet, por exemplo, estão potencialmente fragilizados na sua qualidade de vida e condicionados no exercício da sua própria cidadania.

Ora, uma das discussões recorrentes nos dias atuais centra-se em torno do afastamento de uma significativa franja da população de todo o processo de acesso e utilização das TIC [Ferreira & Amaral 2015], em particular da Internet mas também de outras tecnologias importantes tais como computadores, telemóveis [Vehovar, Sicherl et al 2006], entre outras.

Segundo a International Telecommunication Union (ITU), estima-se que 2015 existissem 3.174 milhões de utilizadores de Internet, valor que representa um aumento de 540% em relação a 2001 (que registava 495 milhões de utilizadores de Internet). Apesar deste aumento bastante significativo registado nos últimos 15

² Relatório técnico disponível em <http://hdl.handle.net/1822/42161>

anos, a verdade é que o mundo ainda não conseguiu esbater totalmente (embora se verifiquem numa dimensão mais reduzida) as enormes desigualdades no acesso, pelo que ainda existe uma grande faixa da população mundial que se mantém à margem deste expediente básico na sociedade da informação que constitui o acesso e a utilização da Internet. Na verdade, segundo a ITU, 57 em cada 100 indivíduos, em 2015 ainda não eram utilizadores de Internet. Em 2001, os indivíduos que não utilizavam a Internet eram 92 em cada 100.

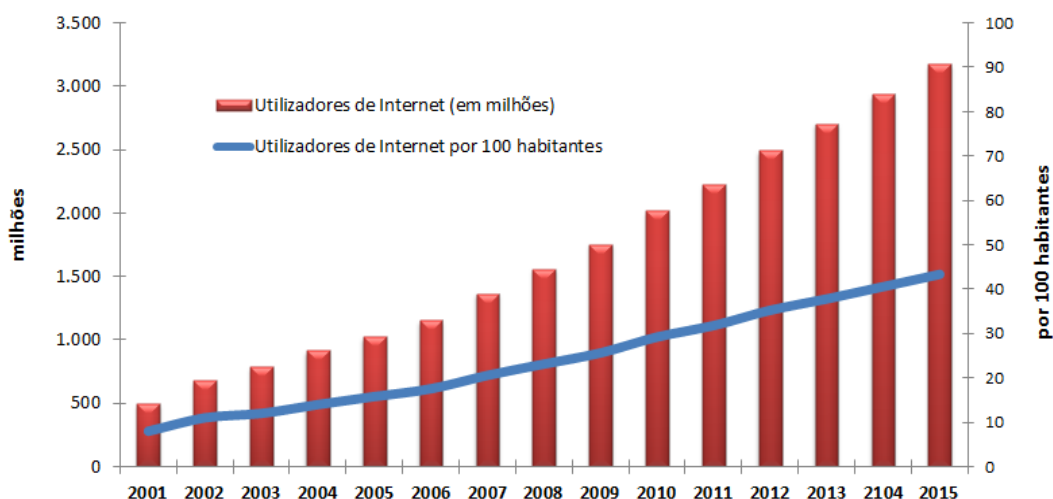


Figura 1 – Utilizadores de Internet (total e por 100 habitantes, 2001-2015). Fonte: ITU World Telecommunication / ICT Indicators database

Por outro lado, se olharmos para as diferenças entre os números registados nos países desenvolvidos e nos países em vias de desenvolvimento, as assimetrias são absolutamente evidentes.

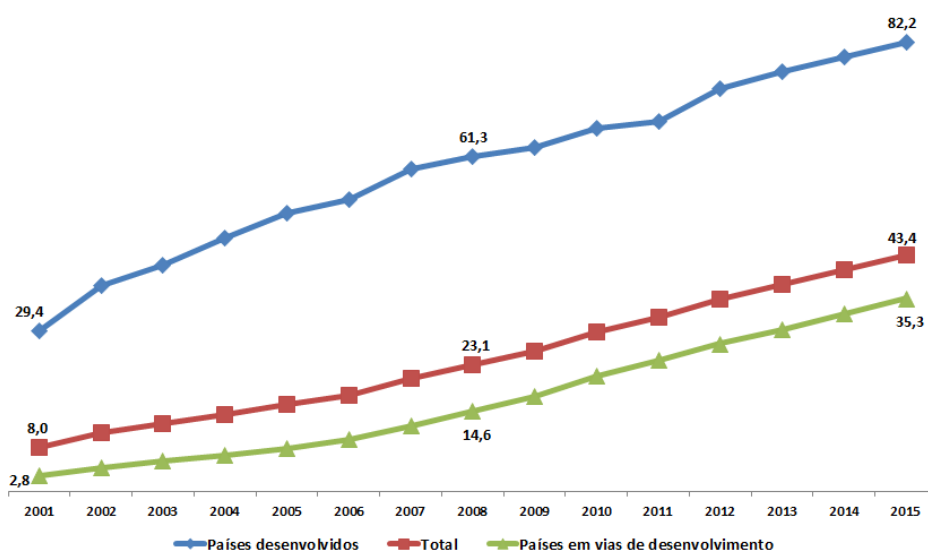


Figura 2 – Utilizadores de Internet por 100 habitantes (2001-2015), por grupos de países por nível de desenvolvimento. Fonte: ITU World Telecommunication / ICT Indicators database

Conforme se pode verificar na Figura 2, enquanto que nos países desenvolvidos 82 em cada 100 indivíduos utilizam Internet, nos países em vias de desenvolvimento esse número, por cada 100 indivíduos, desce drasticamente para 35, um valor inferior ao valor médio registado para o total dos países (onde 43 em cada 100 são utilizadores de Internet).

Por seu turno, se olharmos para as regiões mundiais caracterizadas pela ITU, verificamos a mesma tendência. Apesar de em número absoluto na região da Ásia e Pacífico se registarem o maior número de utilizadores de Internet (1.506 milhões), a verdade é que nessa região estamos a falar de apenas de 37 utilizadores de Internet em cada 100 indivíduos. Por outro lado, na Europa, 78 em cada 100 indivíduos são utilizadores de Internet, embora, em termos absolutos, o número estimado para os utilizadores de Internet seja menos de um terço do registado na Ásia Pacífico.

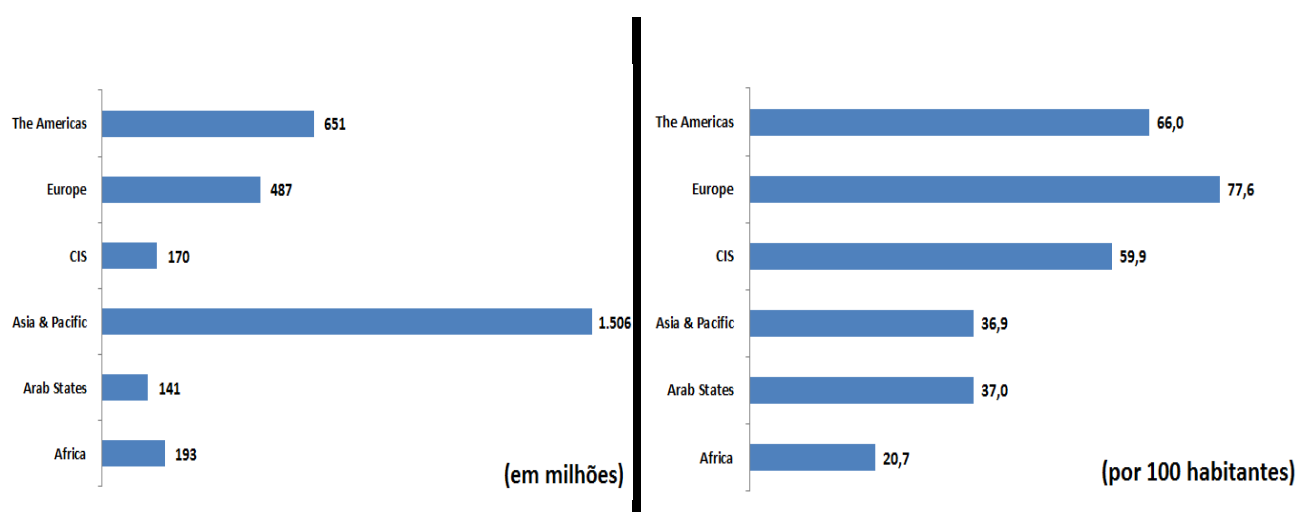


Figura 3 – Utilizadores de Internet, em milhões e por 100 habitantes (2015), por regiões mundiais.

Fonte: ITU World Telecommunication / ICT Indicators database³

Já no contexto europeu, se considerarmos os utilizadores de Internet na população entre os 16 e os 74 anos, verificamos igualmente grandes discrepâncias. Segundo os dados referentes a 2015 reportados pelo Eurostat⁴, enquanto que no Luxemburgo, 97% dos indivíduos utilizam a Internet, na Roménia são apenas 56% os utilizadores dessa tecnologia. Em Portugal 69% dos indivíduos são utilizadores de Internet, um valor bem abaixo da média da UE28 que regista para o mesmo indicador 79%. Esta análise pode, inclusivamente, ser realizada de forma ainda mais fina (Figura 4). Apesar destes números registados para o conjunto dos 28 países da União Europeia, existe uma região (NUT II) na Bulgária que apresenta uma taxa de utilizadores de Internet de 42%. Por outro lado, apesar do desempenho relativamente fraco de Portugal no contexto da UE28, a região da Área Metropolitana de Lisboa (NUT II) compara relativamente bem com o panorama médio europeu, registando uma taxa de 79% (o mesmo valor da média da UE28).

³ <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/definitions/regions.aspx>

⁴ Disponíveis em <http://tinyurl.com/gkofz6g>

Isto quer dizer que para conhecermos com maior profundidade o panorama português no que concerne, em particular, ao nível de utilização da Internet e, de uma forma mais genérica, ao envolvimento do nosso país na Sociedade da Informação, precisamos de conhecer o comportamento e as especificidades das regiões portuguesas nessa matéria.

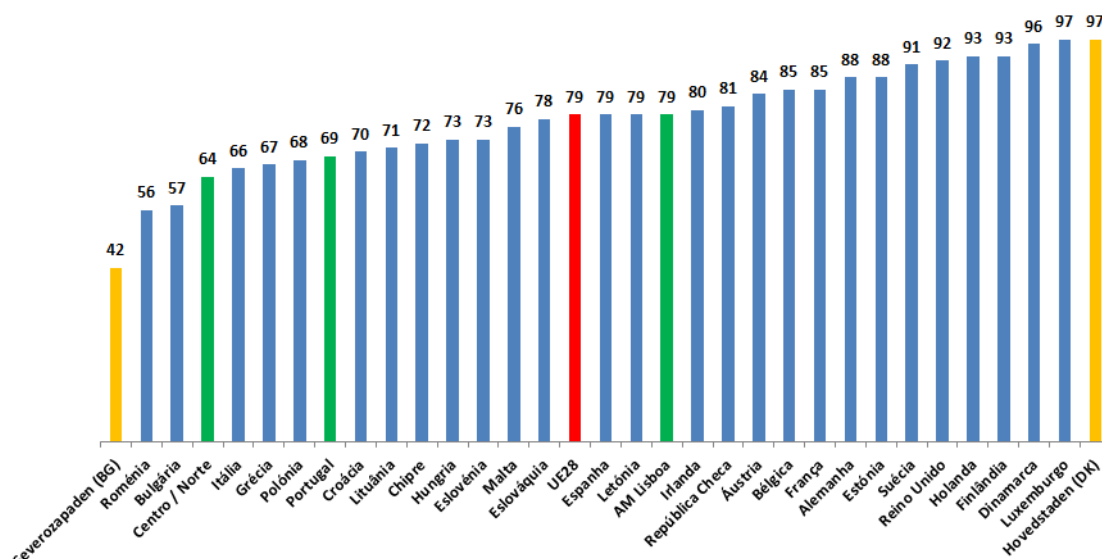


Figura 4 – Utilizadores de Internet (2015), em percentagem. Fonte: Eurostat

Importa ainda fazer uma breve referência ao posicionamento de Portugal no contexto europeu em termos de desenvolvimento da Sociedade da Informação, utilizando para tal os resultados do *The Digital Economy and Society Index* (DESI)⁵. Trata-se de um índice compósito publicado anualmente pela Comissão Europeia que congrega indicadores relevantes no desempenho digital da Europa e que vem acompanhando a evolução dos 28 Estados Membros da União Europeia em termos de competitividade digital. Saliente-se que o DESI é composto por cinco dimensões principais que, por sua vez, estão divididas em doze sub-dimensões que agrupam indicadores individuais, a saber: conectividade, Capital Humano, Utilização da Internet, Integração da tecnologia Digital e Serviços Públicos Digitais.

A aplicação desta metodologia à realidade regional portuguesa não se mostra de todo possível uma vez que não existe informação estatística desagregada em NUTs II para grande parte dos indicadores utilizados no cálculo do índice que o permita fazer. Esta limitação, aliás, deveria levar a uma reflexão nacional sobre o sistema estatístico nacional, no sentido de se obter a informação que permita, não só neste caso como também noutros casos de outros rankings igualmente relevantes já existentes no panorama internacional, a aplicação da respetiva metodologia à realidade regional portuguesa. Pese embora a importância de termos o retrato nacional do nosso país como um todo, seria importante fazer um *zoom* à realidade regional

⁵ Resultados disponíveis em <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/desi>

portugueses que, como sabemos, apresenta assimetrias numa grande parte dos indicadores de desenvolvimento.

Neste índice, tal como se pode verificar na Figura 5 apresentada abaixo, Portugal, com um *score* agregado de 0.53, apresenta-se no meio da tabela (14^a posição no conjunto dos atuais 28 Estados Membros da União Europeia), com um desempenho ligeiramente acima da média da UE28 (que regista um *score* de 0.519). Na liderança da tabela encontra-se a Dinamarca (*score* de 0.68) e, em último lugar, a Roménia (com um *score* de 0.35).

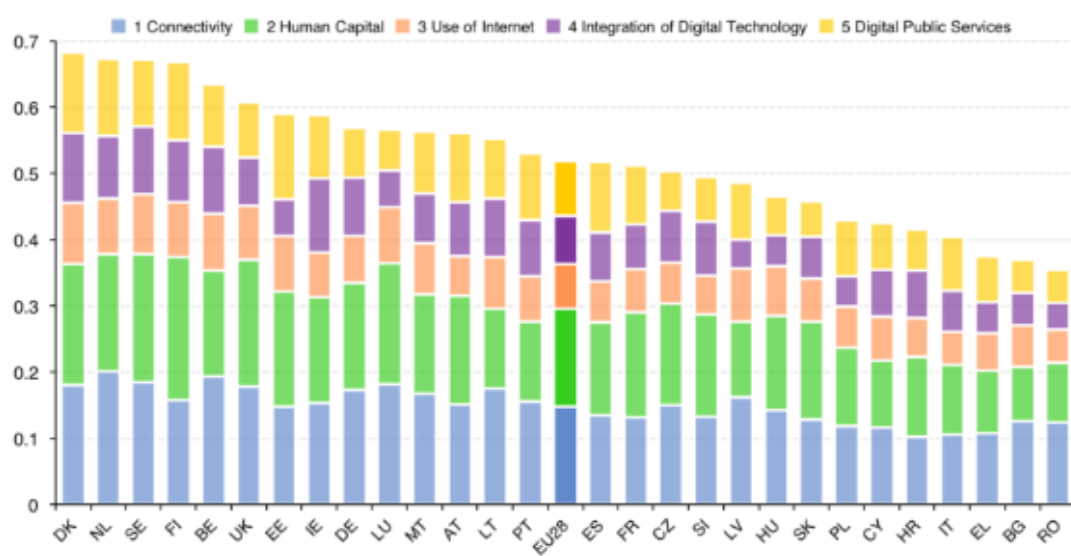


Figura 5 – Posicionamento de Portugal no contexto da UE28 no DESI (The Digital Economy and Society Index 2016).

Fonte: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/desi>

Por outro lado, Portugal apresenta-se acima da média da UE28 e o seu crescimento foi superior ao da UE28 no último ano (foi o 2º maior crescimento), como se pode verificar no gráfico da Figura 6.

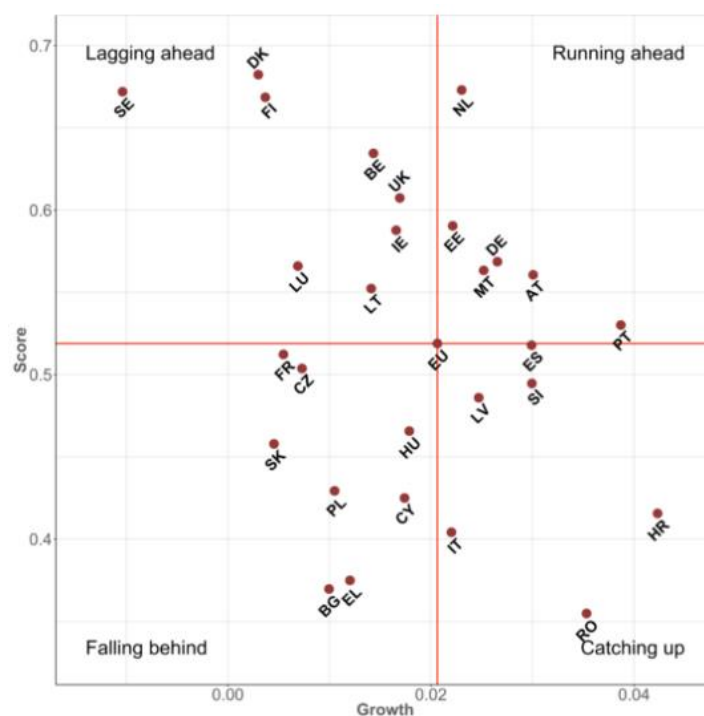


Figura 6 – Posicionamento de Portugal no contexto da UE28 no DESI (The Digital Economy and Society Index 2016) e crescimento entre as edições 2015 e 2016. Fonte: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/desi>

O pior desempenho de Portugal verifica-se na vertente Capital Humano, apesar do enorme progresso registado no último ano, tal como se pode verificar na Figura 7.

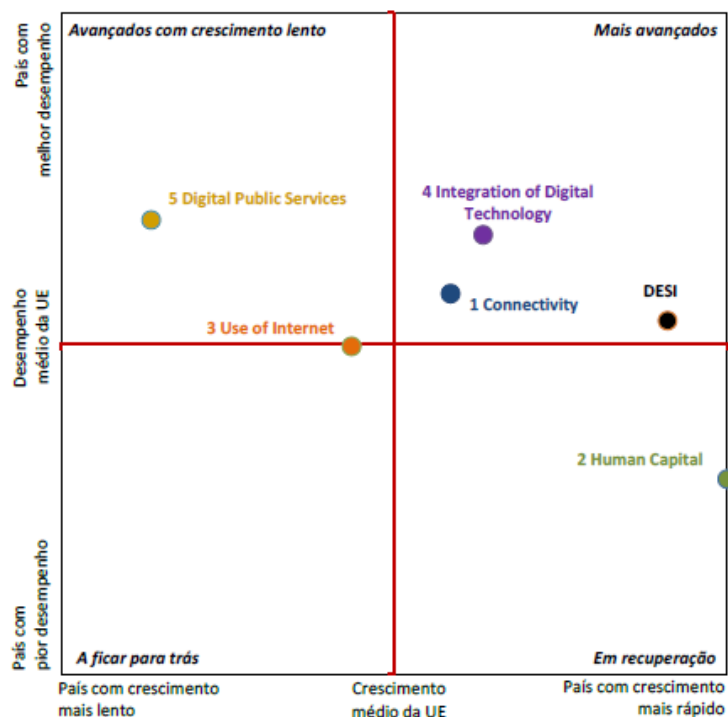


Figura 7 – Posicionamento de Portugal nas cinco componentes do DESI (The Digital Economy and Society Index 2016) e crescimento entre as edições 2015 e 2016 nas mesmas cinco componentes.

Fonte: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/desi>

3. O ÍNDICE DIGITAL REGIONAL (IDR)

Portugal vive, desde sempre, com a realidade da existência de assimetrias regionais. A região da Área Metropolitana de Lisboa encontra-se, em inúmeros indicadores e áreas de desenvolvimento, numa posição de grande superioridade em relação às restantes regiões NUTs II portuguesas. Aliás, os fundos comunitários que estão à disposição do país para esbater tais assimetrias, parecem contribuir muito pouco para o processo de convergência regional em Portugal [Santos 2013].

Um exemplo ilustrativo dessa superioridade da Área Metropolitana de Lisboa em relação às restantes regiões NUTs II portuguesas é, desde logo, aquele que se refere ao PIB (Produto Interno Bruto) nacional, desagregado em NUTs II. Se considerarmos a média nacional como sendo 100 (Figura 8), apenas a região de Lisboa se apresenta com um desempenho acima desse valor, o que, só por si, deturpa, de certa forma, a realidade portuguesa, onde as assimetrias são evidentes.

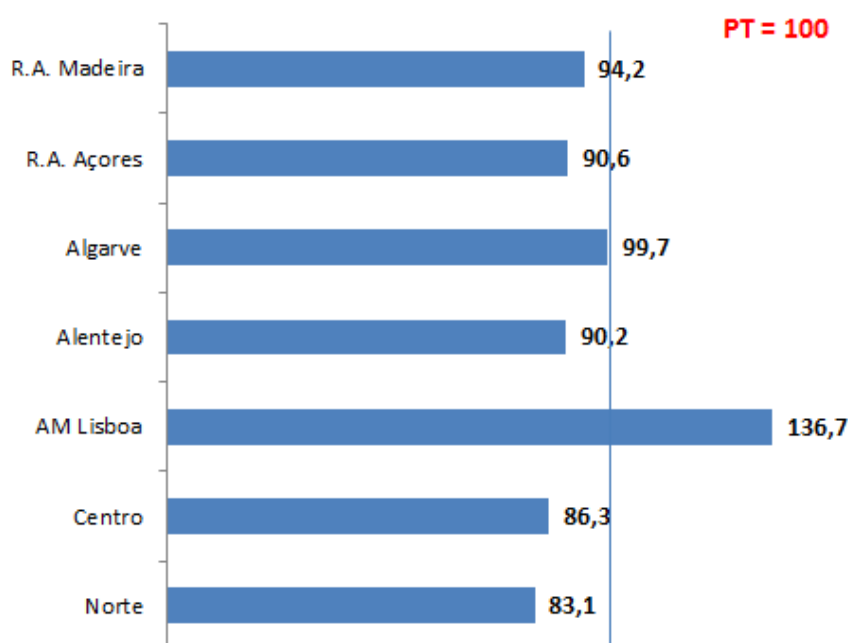


Figura 8 – PIB por habitante, a preços correntes (2014), por regiões NUTs II (Portugal=100). Fonte: INE e Eurostat

Importaria, portanto, perceber até que ponto o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal está a ser desencadeado sem ter ou não em atenção os “valores da equidade, da coesão nacional e da solidariedade regional” [Ferreira & Amaral 2015]. Foi com esse intuito que foi criado o Índice Digital Regional.

3.1. Metodologia utilizada no cálculo do IDR

O instrumento criado para o efeito, designado por Índice Digital Regional (IDR) e até então inexistente, tendo como principal finalidade a identificação e medição do nível das assimetrias regionais existentes no processo de construção da Sociedade da Informação em Portugal, baseia-se num índice composto que

congrega informação estatística decorrente de 105 indicadores (na edição anterior foram 79 indicadores e na versão inicial eram apenas 73) para os quais se encontram valores desagregados ao nível regional considerado (as sete regiões NUTs II, a saber: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa⁶, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) [Ferreira & Amaral 2016]. Naturalmente que outras divisões do território poderiam ter sido consideradas. No entanto, face ao nível da disponibilidade da informação estatística, o nível de desagregação que se escolheu para realização da presente investigação foi o das NUTs II, coincidentes, aliás, com o nível europeu em que se encontram indicadores desagregados. Outro tipo de desagregação tal como “litoral e interior” não permitiria obter informação estatística desagregada que permitissem o desenvolvimento desta investigação.

Sub-índice	Nº (2015)	Nº (2014)	Nº (2013)	Nº (2012)
Contexto	37	26	24	24
Infraestrutura	15	11	11	11
Utilização	39	35	32	32
Impacto	14	7	6	6
	105	79	73	73

Tabela 1 – Evolução do número total de indicadores por sub-índice (2012-2015)

Todos os indicadores são arrumados em quatro sub-índices (Contexto, Infraestrutura, Utilização e Impacto), para os quais é, igualmente, calculado o respetivo *score* parcial. Cada indicador utilizado no índice é normalizado numa escala entre 0 e 1, sendo que cada um dos 105 indicadores tem o mesmo peso no respetivo sub-índice, assim como cada um dos quatro sub-índices tem o mesmo peso no *score* final do IDR [Ferreira & Amaral 2014]. Na verdade, a metodologia utilizada para o cálculo do IDR e dos quatro sub-índices mantém-se inalterada, pese embora a introdução de novos indicadores nas edições mais recentes que concorrem para tais cálculos⁷.

A designação de IDR 2015 (a última edição do índice que, neste momento, se encontra em fase de publicação) decorre do facto dos indicadores utilizados no cálculo do IDR se reportarem ao ano anterior ao da sua publicação (2015), ou, nos casos em que não existem, a anos anteriores.

Na Figura 9 apresenta-se a distribuição, em percentagem, dos 105 indicadores utilizados no cálculo do IDR pelos quatro sub-índices.

⁶ A partir da presente edição a região NUT II de Lisboa passou a designar-se por Área Metropolitana de Lisboa, embora a abrangência geográfica se tenha mantido inalterada.

⁷ Mais informações no que concerne à metodologia utilizada para o cálculo do IDR, bem como para os scores parciais dos sub-índices consultar disponíveis em <http://hdl.handle.net/1822/33363>. O mesmo para o racional que levou à criação dos quatro sub-índices e respetiva composição.

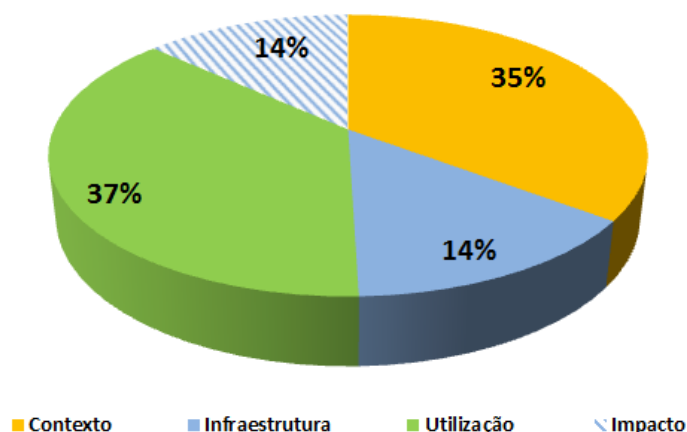


Figura 9 – Distribuição do total de indicadores por sub-índice, em percentagem (IDR 2015)

3.2. Resultados do IDR 2015

Do posicionamento das sete regiões no ranking do IDR, para além da manutenção da região AM Lisboa na primeira posição (o que já se verificou em todas as edições anteriormente publicadas), há a referir a subida da região Norte para a 3^a posição, por troca da região do Algarve que desce para o 4^o lugar. Assim, depois da região Centro, que ocupa a 2^a posição, surge o Norte na 3^a posição e o Algarve na 4^a posição. Em 5^o lugar posiciona-se o Alentejo, seguido dos Açores e da Madeira que ocupa a última posição.

Sublinhe-se que a região da AM Lisboa continua a ser a única das sete regiões a conseguir um *score* (0,7844) acima da média apurada para Portugal (0,5240), o que revela, de forma inequívoca, a supremacia desta região em relação às restantes. Estes resultados, confirmando esta supremacia de Lisboa em relação às restantes regiões portuguesas, sublinham ainda as assimetrias existentes no nosso país ao nível da construção da Sociedade da Informação. A Figura 10 apresenta o *score* final obtido pelas sete regiões NUTs II e pela média nacional, na edição do IDR 2015.

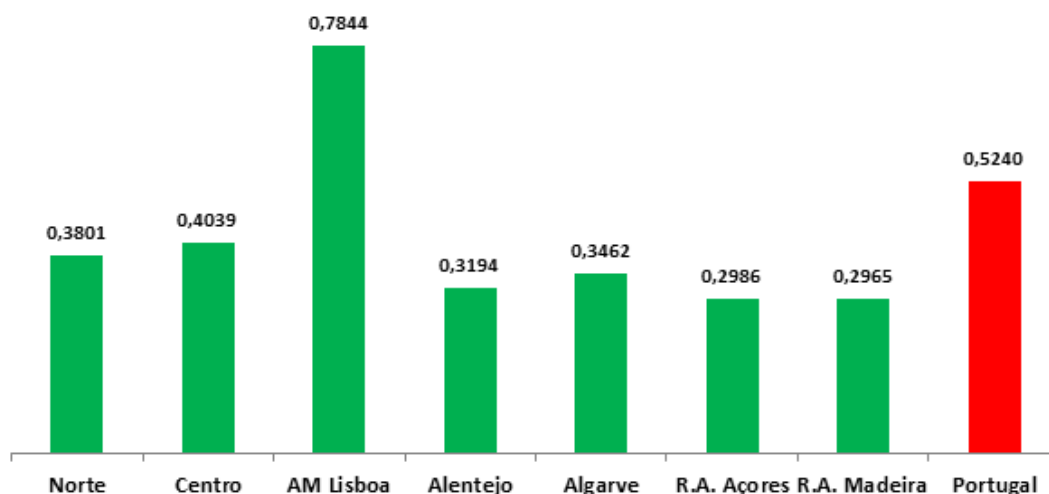
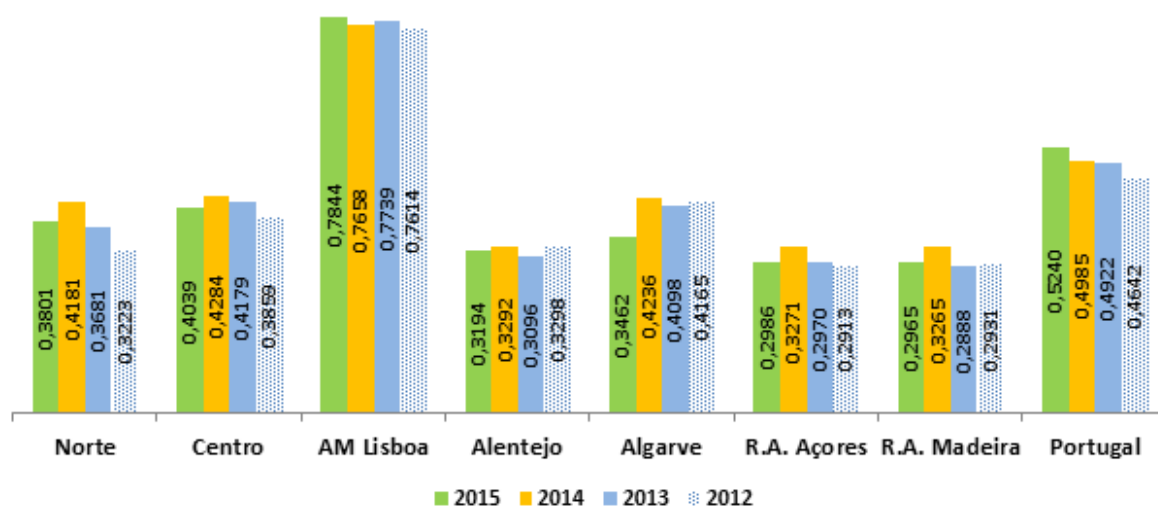


Figura 10 – *Score* final obtido pelas regiões NUTs II e pela média nacional no IDR 2015

Esta hegemonia da AM Lisboa em relação às restantes regiões portuguesas tem sido uma constante deste a primeira edição do Índice Digital Regional. Na Figura 11, que confirma isso mesmo, apresenta-se o *score* final obtido pelas sete regiões NUTs II e pela média nacional, nas quatro edições já publicadas até ao momento (edições do IDR 2015, IDR 2014, IDR 2013 e IDR 2012).

Figura 11 – *Score* final obtido pelas regiões NUTs II e pela média nacional (edições IDR 2015, IDR 2014, IDR 2013 e IDR 2012)

Por outro lado, as regiões que se apresentam abaixo da média nacional (todas excepto a AM Lisboa) viram, entre 2014 e 2015 o seu *score* no IDR afastar-se da média nacional que, por sua vez, se aproximou ligeiramente da região da AM Lisboa. Este decréscimo está, de certa forma, associado à introdução de novos indicadores e à metodologia utilizada nos cálculos dos índices. A Figura 12 mostra o desempenho das sete regiões NUTs II em relação à média nacional (Portugal = 100).

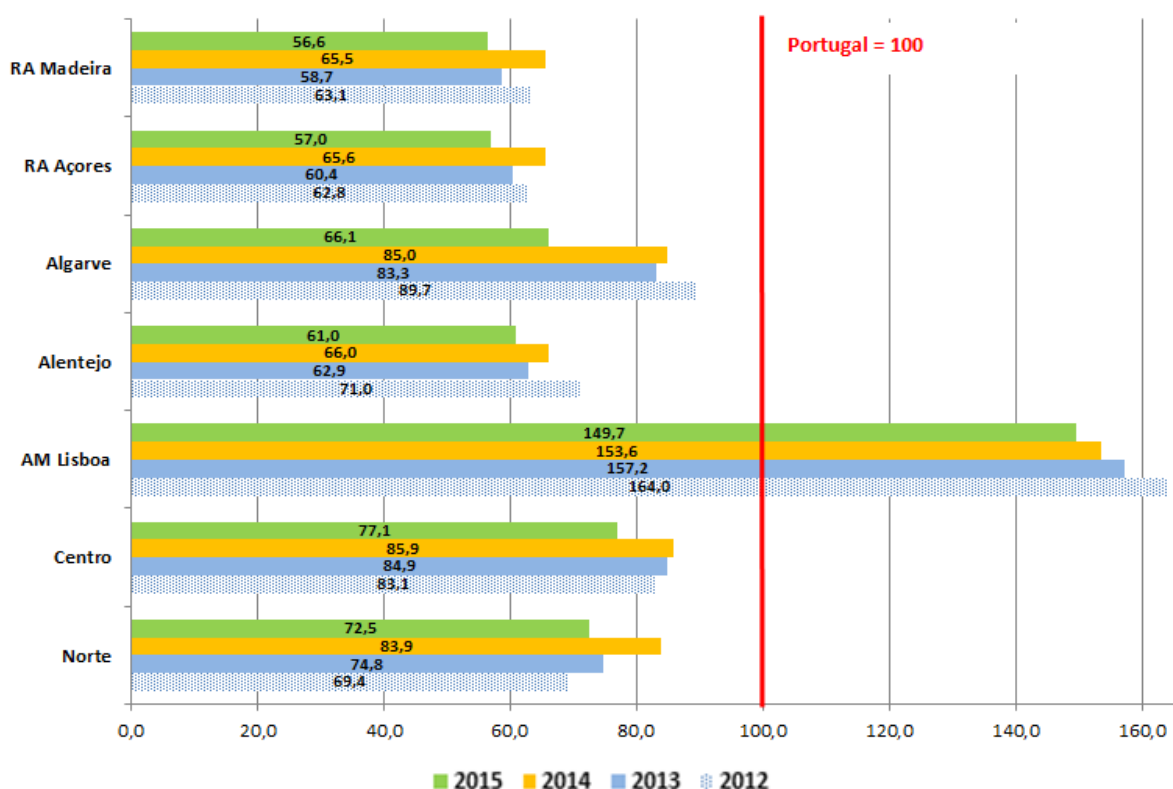


Figura 12 – Desempenho das sete regiões em relação à média nacional (Portugal = 100). (IDR 2015, IDR 2014, IDR 2013 e IDR 2012).

Nos quatro sub-índices que compõem o IDR (Contexto, Infraestruturas, Utilização e Impacto), a região AM Lisboa apresenta-se, em todos eles, na posição de liderança face às restantes regiões portuguesas, sendo que nos sub-índices Contexto e Impacto, a Região AM Lisboa é mesmo a única região que se posiciona acima da média nacional (tal como acontece no índice global do IDR). A distância de todas as regiões à região de Lisboa é bastante significativa em cada um dos quatro sub-índices, tal como se pode verificar pela observação da Figura 13.

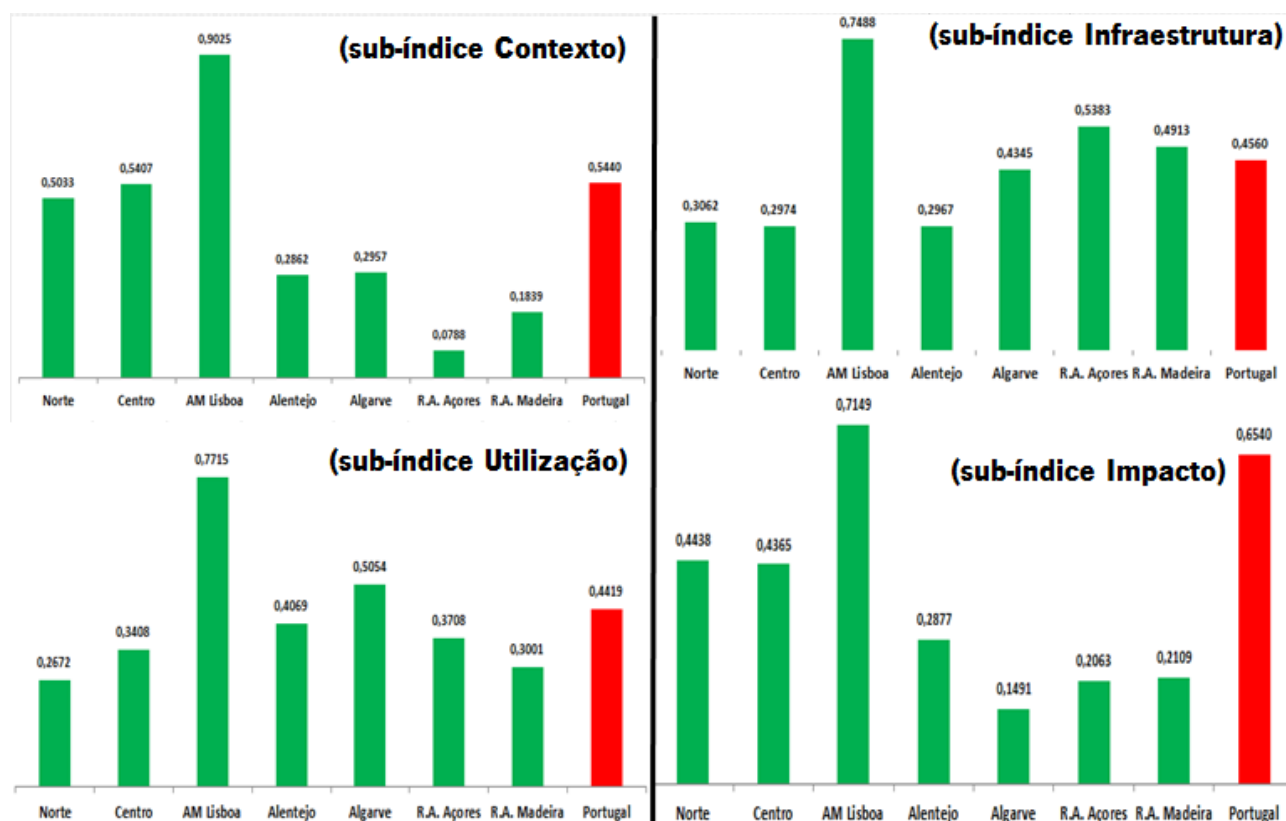


Figura 13 – Desempenho das sete regiões em cada um dos quatro sub-índices. (IDR 2015, IDR 2014, IDR 2013 e IDR 2012).

A tabela seguinte regista o *score* e o posicionamento obtidos por cada uma das 7 regiões NUTs II portuguesas e média portuguesa no IDR e em cada um dos 4 sub-índices. Como se verifica, a supremacia de Lisboa é igualmente evidente em todas as componentes do índice, quer em termos de *score*, quer em termos de posicionamento no ranking.

	IDR		Contexto		Infraestrutura		Utilização		Impacto	
	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank
Norte	0,3801	3	0,5033	3	0,3062	5	0,2672	7	0,4438	2
Centro	0,4039	2	0,5407	2	0,2974	6	0,3408	5	0,4365	3
AM Lisboa	0,7844	1	0,9025	1	0,7488	1	0,7715	1	0,7149	1
Alentejo	0,3194	5	0,2862	5	0,2967	7	0,4069	3	0,2877	4
Algarve	0,3462	4	0,2957	4	0,4345	4	0,5054	2	0,1491	7
R.A. Açores	0,2986	6	0,0788	7	0,5383	2	0,3708	4	0,2063	6
R.A. Madeira	0,2965	7	0,1839	6	0,4913	3	0,3001	6	0,2109	5
Portugal	0,5240		0,5440		0,4560		0,4419		0,6540	

Tabela 2 – Score e posicionamento obtido por cada uma das regiões NUTs II no IDR 2015 e em cada um dos sub-índices

O mapa apresentado na Figura 14 ilustra o desempenho das sete regiões NUTs II portuguesas, de acordo com o *score* que cada uma delas obteve no IDR. Tal como se pode verificar, a região da AM lisboa obteve desempenho muito superior ao das restantes regiões.

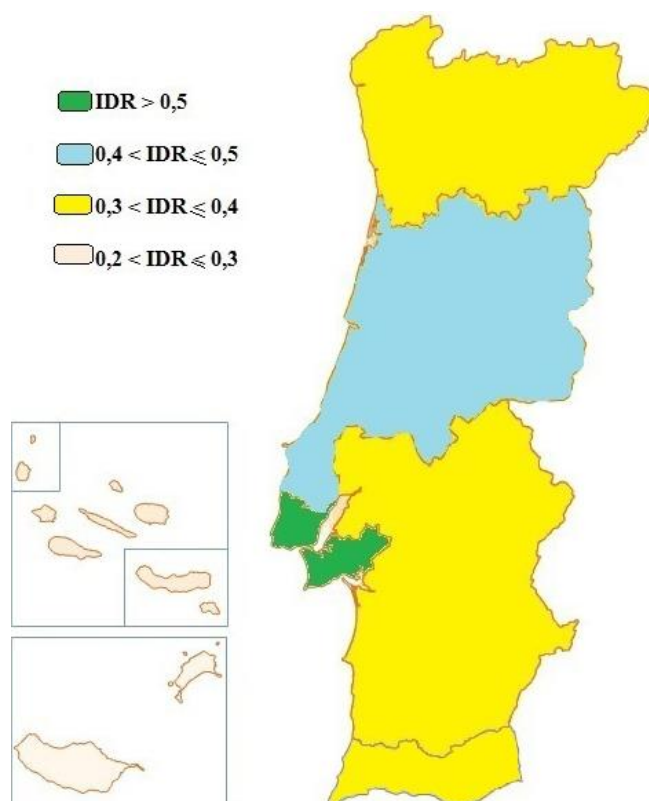


Figura 14 – Mapa com a distribuição dos scores obtidos no IDR 2015.

Esta tendência foi-se verificando desde a primeira edição, embora nesta última as assimetrias se tenham agravado e aproximado da verificada na 1ª edição do estudo. Refira-se ainda que, no caso de não se terem introduzido novos indicadores para além dos apenas 79 utilizados na edição anterior, não havia qualquer alteração no posicionamento das sete regiões no IDR. A única alteração que se verificaria era no sub-índice Infraestrutura em que a região Norte passaria a ocupar a 7ª posição por troca com o Alentejo que ocuparia a 5ª posição. Ora, a introdução de novos indicadores não traz significativas alterações ao desempenho das várias regiões caso se utilizassem apenas os da edição anterior, se bem que face à metodologia utilizada no cálculo do IDR e dos sub-índices⁸, estamos perante um retrato mais fino.

⁸ Para mais informações relativamente à metodologia utilizada no cálculo do IDR, consultar <http://hdl.handle.net/1822/33363>

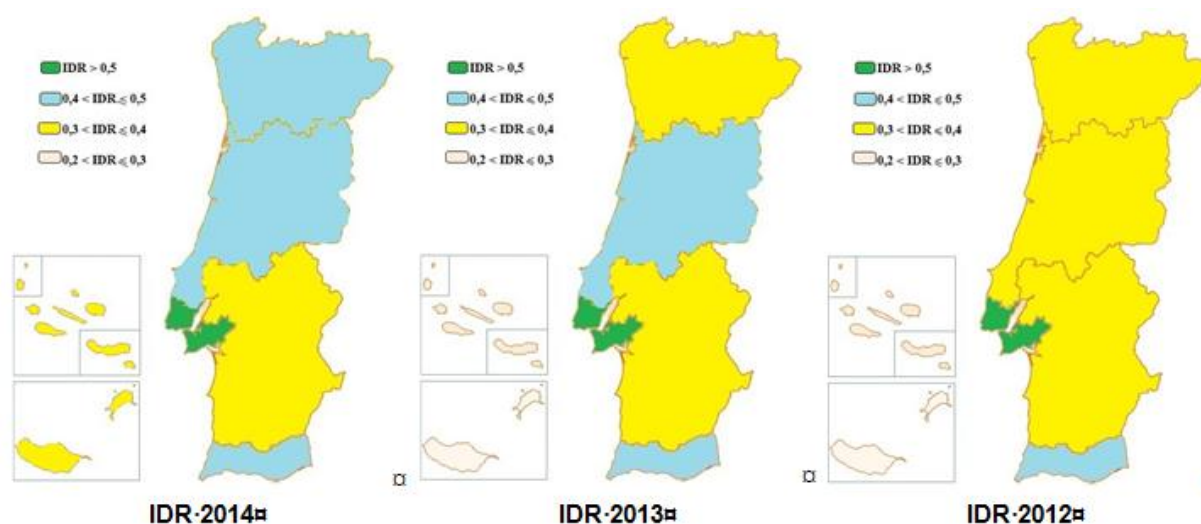


Figura 15 – Mapas com a distribuição dos scores obtidos nos IDR2014, IDR2013 e IDR 2012 pelas sete regiões NUTs II portuguesas

A tabela seguinte regista o *score* e posicionamento obtidos por cada uma das sete regiões NUTs II portuguesas e pela média portuguesa no IDR 2015, bem como em todas as edições anteriores.

	2015		2014		2013		2012	
	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank
Norte	0,3801	3	0,4181	4	0,3681	4	0,3223	5
Centro	0,4039	2	0,4284	2	0,4179	2	0,3859	3
AM Lisboa	0,7844	1	0,7658	1	0,7739	1	0,7614	1
Alentejo	0,3194	5	0,3292	5	0,3096	5	0,3298	4
Algarve	0,3462	4	0,4236	3	0,4098	3	0,4165	2
RA Açores	0,2986	6	0,3271	6	0,2970	6	0,2913	7
RA Madeira	0,2965	7	0,3265	7	0,2888	7	0,2931	6
Portugal	0,5240		0,4985		0,4922		0,4642	

Tabela 3 – Score e posicionamento obtidos por cada uma das regiões NUTs II e média nacional nos IDR 2015, IDR 2014, IDR 2013 e IDR 2012

4. DETALHE DOS RESULTADOS OBTIDOS REGIONALMENTE

Os resultados obtidos no país, considerado como um todo e comparando, em score final, com o desempenho obtido por cada região, não nos garantem muita informação sobre o desempenho concreto de cada uma das sete regiões NUTs II portuguesas consideradas isoladamente. Assim, importa detalhar, para o IDR e para cada um dos quatro sub-índices que o constituem, o desempenho de cada uma das regiões.

Tal como se verifica na Figura 16, a região Norte apresenta-se, no IDR e nos quatro sub-índices, abaixo da média nacional.

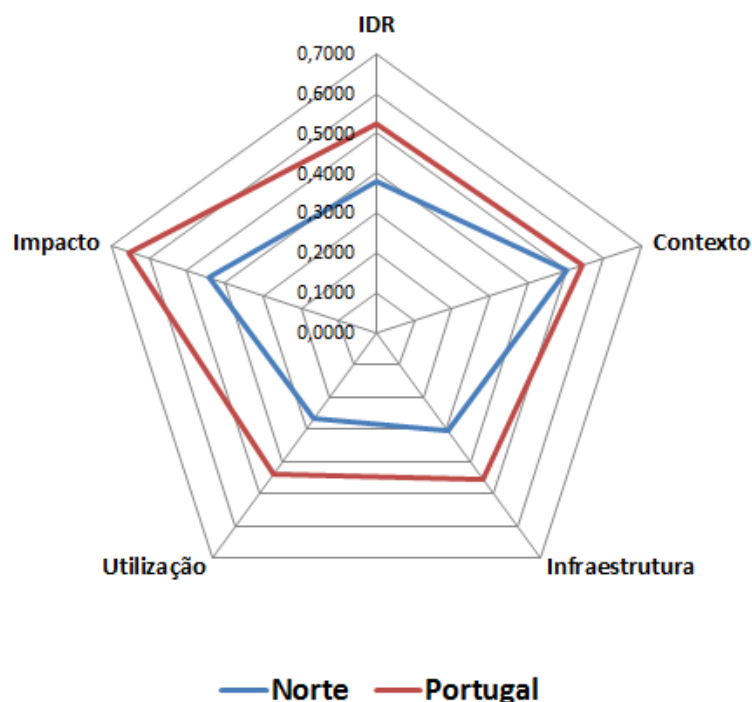


Figura 16 – Desempenho da região Norte comparativamente com a média nacional, no IDR e nos quatro sub-índices (IDR 2015)

Por outro lado, no sub-índice Utilização, a região Norte é mesmo a região do país com pior desempenho das sete regiões portuguesas, o que já havia ocorrido na edição anterior. No sub-índice Infraestrutura a região Norte deixou de ocupar a última posição (colocando-se agora na 5ª posição).

Refira-se ainda que a região Norte, no índice global do IDR, aparece classificada em 3º lugar, tendo subido uma posição em relação à edição anterior (2014) e duas em relação à primeira edição do estudo (2012).

Por sua vez, da Figura 17 ressalta o facto da região Centro se apresentar, nos quatro sub-índices e no IDR, abaixo da média nacional, ainda que, no sub-índice Contexto, esta região tenha obtido um *score* (0,5407) muito próximo da média nacional (0,5440).

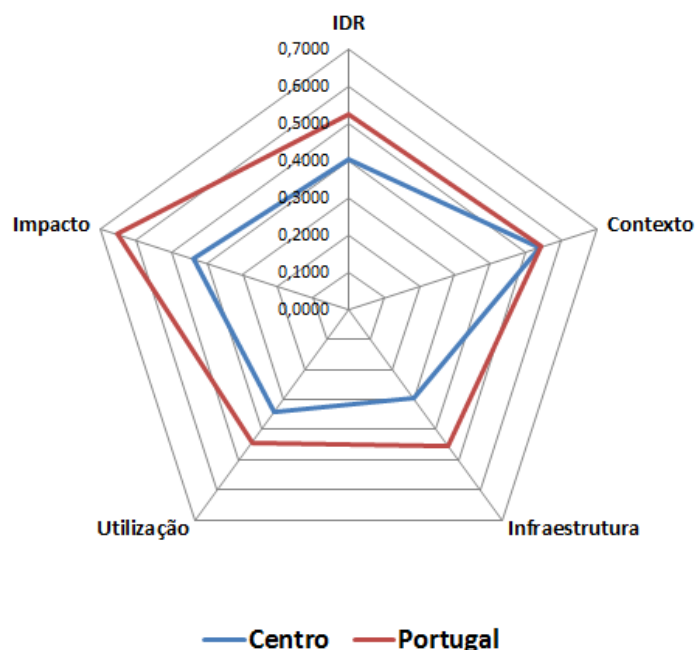


Figura 17 – Desempenho da região Centro comparativamente com a média nacional no IDR e nos quatro sub-índices (IDR 2015)

O sub-índice Infraestrutura é aquele em que a região Centro se posiciona no pior lugar (6º), o que já havia ocorrido na edição anterior.

Refira-se que a região Centro, no índice global do IDR, aparece classificada em 2º lugar, mantendo a posição desde 2013, tendo subido uma posição em relação à primeira edição (2012).

A Figura 18 regista a supremacia da região da AM Lisboa no panorama nacional, sublinhando-se o facto de se apresentar, nos quatro sub-índices e no índice global do IDR, acima da média nacional.

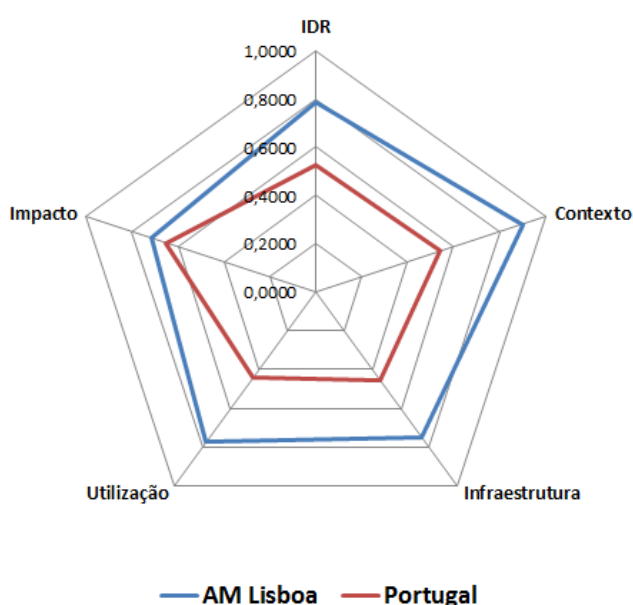


Figura 18 – Desempenho da região AM Lisboa comparativamente com a média nacional no IDR e nos quatro sub-índices (IDR 2015)

Em todas as edições do IDR, a região da AM Lisboa apresenta-se sempre na 1ª posição, não apenas no IDR global, mas também em cada um dos quatro sub-índices.

Da Figura 19 ressalta o facto da região do Alentejo se apresentar, no IDR e nos quatro sub-índices, abaixo da média nacional. No sub-índice Utilização, esta região obteve um score (0,4069), o mais próximo da média nacional (0,4419).

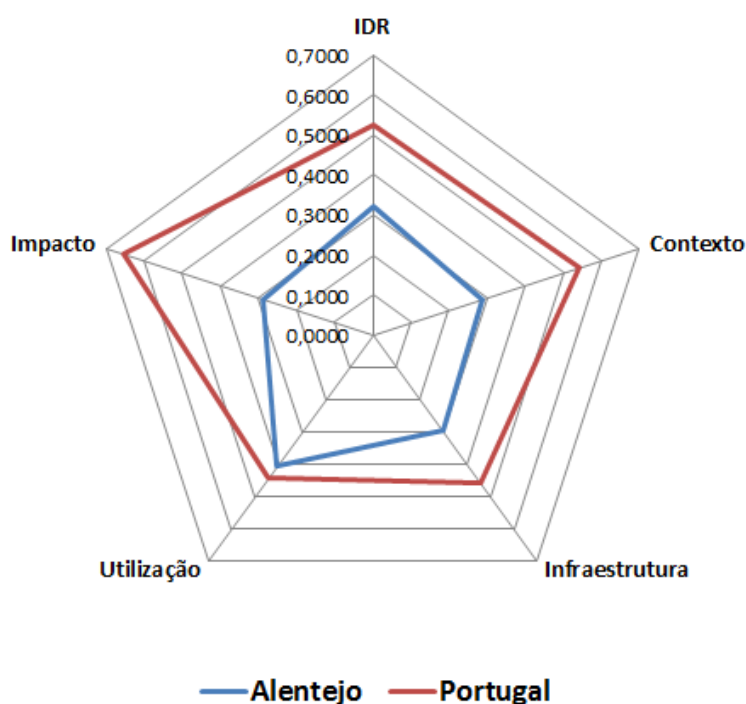


Figura 19 – Desempenho da região do Alentejo comparativamente com a média nacional no IDR e nos quatro sub-índices (IDR 2015)

Por outro lado, no sub-índice Infraestrutura é mesmo a região com pior desempenho das sete, enquanto que na edição anterior tal facto ocorria no sub-índice Impacto.

Refira-se que a região do Alentejo, no IDR, aparece classificada em 5º lugar, tendo subido uma posição em relação à primeira edição (2012), ano a partir do qual tem vindo a manter a mesma posição.

A Figura 20 mostra que a região do Algarve apenas se posiciona acima da média nacional no sub-índice Utilização. No IDR e nos restantes três sub-índices, o Algarve obtém desempenhos abaixo da média nacional.

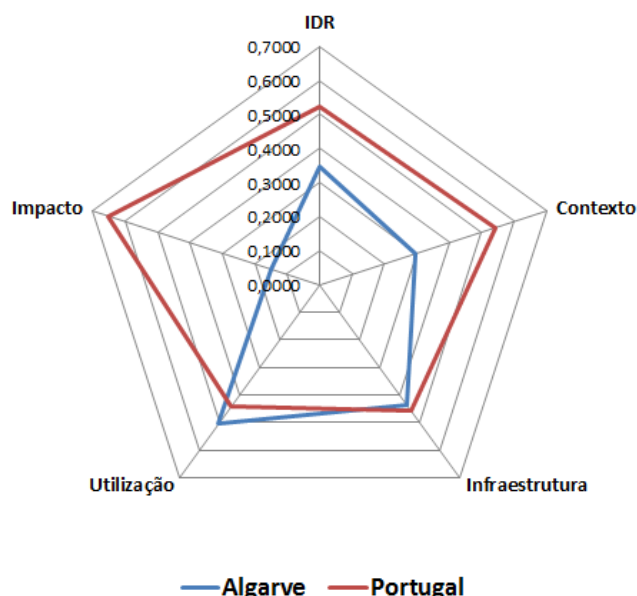


Figura 20 – Desempenho da região do Algarve comparativamente com a média nacional no IDR e nos quatro sub-índices (IDR 2015)

Por outro lado, o sub-índice Impacto é aquele em que a região do Algarve se posiciona no pior lugar (7º), o último das sete regiões. A melhor posição do Algarve ocorre no sub-índice Utilização, onde consegue obter o 2º lugar.

Refira-se ainda que a região do Algarve, no IDR, aparece classificada em 4º lugar, caindo uma posição em relação à edição anterior (2014) e duas posições em relação à primeira edição (2012).

A Figura 21 mostra que a região dos Açores se posiciona acima da média nacional apenas no sub-índice Infraestrutura. No IDR e nos restantes três sub-índices, a região dos Açores obtém desempenhos abaixo da média nacional.

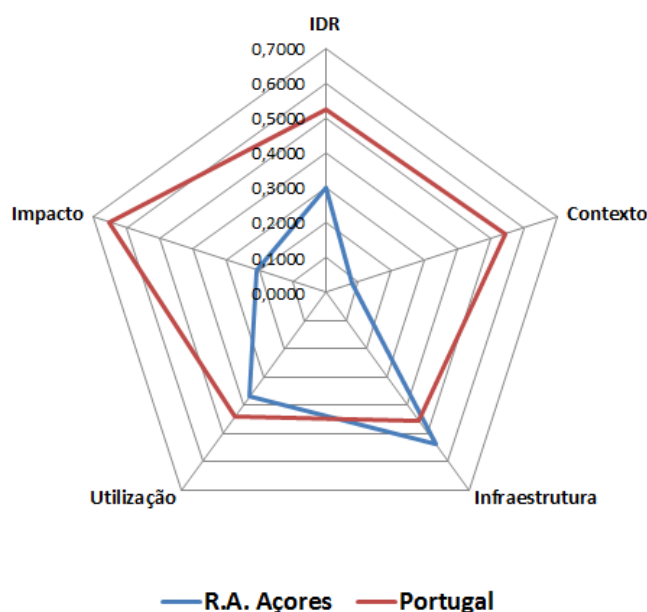


Figura 21 – Desempenho da região dos Açores comparativamente com a média nacional no IDR e nos quatro sub-índices (IDR 2015)

Por outro lado, o sub-índice Contexto é aquele em que a região dos Açores se posiciona no pior lugar (7º), o último das sete regiões. A melhor posição dos Açores ocorre no sub-índice Infraestrutura, onde consegue obter o 2º lugar.

Refira-se que a região dos Açores, no IDR, aparece classificada em 6º lugar, caindo uma posição em relação à edição de 2012 (a primeira), mas mantendo a posição obtida na edição anterior (2014).

A Figura 22 mostra que a região Madeira, tal como nos Açores, se posiciona acima da média nacional no sub-índice Infraestrutura. No IDR e nos restantes três sub-índices, a região da Madeira obtém desempenhos abaixo da média nacional.

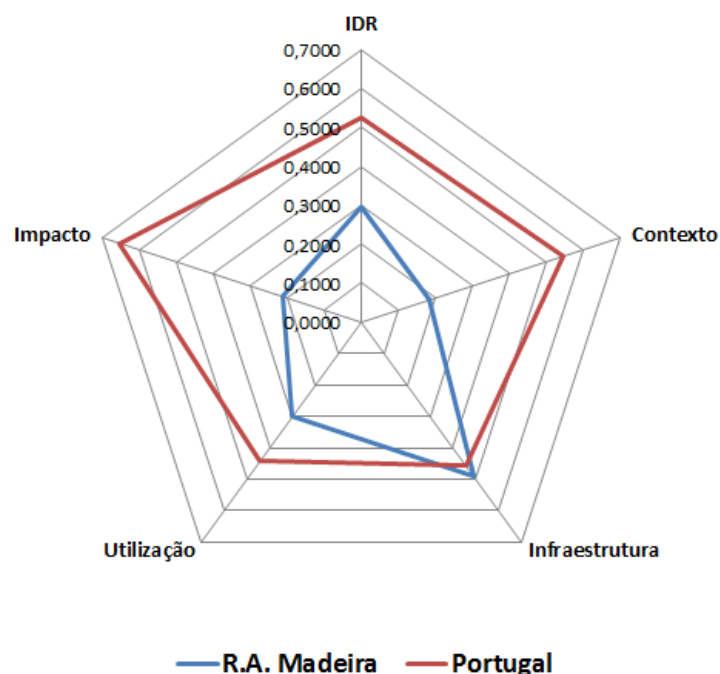


Figura 22 – Desempenho da região da Madeira comparativamente com a média nacional no IDR e nos quatro sub-índices (IDR 2015)

Por outro lado, os sub-índices Contexto e Utilização são aqueles em que a região da Madeira se posiciona no pior lugar (6º). A melhor posição da Madeira ocorre no sub-índice Infraestrutura, onde consegue obter o 3º lugar.

Refira-se que a região da Madeira, no IDR, aparece classificada na 7ª posição (a última das sete regiões), caindo uma posição em relação à primeira edição (2012), mas mantendo a posição obtida na edição anterior (2014).

5. CONCLUSÃO

Os resultados apurados para o IDR 2015 confirmam a tendência registada não só noutras áreas do desenvolvimento, mas também as que se registam nas edições anteriores do IDR: existem enormes assimetrias regionais em Portugal no processo de construção da Sociedade da Informação, onde a região da AM Lisboa se apresenta com total supremacia em relação às restantes regiões NUTs II portuguesas, assimetrias essas que se agravaram na última edição em relação à anterior. Aliás, a região da AM Lisboa é mesmo a única região portuguesa que se apresenta com desempenho acima da média nacional, o que vinca ainda mais a diferença de desempenhos com as restantes regiões.

Esta tendência verifica-se não apenas no índice Digital Regional considerado globalmente, mas também em cada um dos quatro sub-índices que compõem o IDR.

Para investigação futura fica a verificação da eventual existência de correlação entre os resultados do IDR e os resultados obtidos noutros índices calculados para o panorama internacional, tal como o DESI. Para tal, dever-se-ão desenvolver as condições necessárias à desagregação regional dos indicadores utilizados no cálculo deste índice.

6. AGRADECIMENTO

Este trabalho é suportado pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007043 e pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto: UID/CEC/00319/2013.

7. REFERÊNCIAS

- Ferreira, L. M., Amaral, L., (2016). Índice Digital Regional 2015. Gávea – Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Universidade do Minho, Guimarães. <http://hdl.handle.net/1822/42161>
- Ferreira, L. M., Amaral, L., (2015). A Sociedade da Informação nas regiões portuguesas: medir para desenvolver. Chiado Editora. ISBN: 978-989-51-4733-5.
- Ferreira, L. M., Amaral, L., (2014). Índice Digital Regional 2013. Gávea – Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Universidade do Minho, Guimarães. <http://hdl.handle.net/1822/34380>
- Ferreira, L. M. (2014). Medir a sociedade da informação no contexto regional: um novo instrumento e a sua aplicação à situação atual. Tese de Doutoramento. Departamento de Sistemas de Informação, Escola de Engenharia Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/33363>
- Gaul, F., Messinger, H. (2002). Measuring the networked economy. Canadian National Statistics Council, Canadá.
- ITU, UNCTAD (2007). World Information Society Report: Beyond WSIS, Genebra.
- ITU (2015). ITU ICT Facts and Figures – The world in 2015. International Telecommunication Union.
- Santos, M. M. (2013). O Impacto económico dos fundos comunitários no processo de convergência em Portugal. Dissertação de Mestrado em Finanças Empresariais apresentada à ESTG - Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/1113>
- Silva, J. F., Ribeiro, J. C. (2013). As Assimetrias Regionais em Portugal: análise da convergência versus divergência ao nível dos municípios. Núcleo de Investigação em políticas económicas. NIPE - WP 13/2013. Universidade do Minho. http://www.nipe.eeg.uminho.pt/Uploads/WP_2013/NIPE_WP_13_2013.pdf
- Vehovar, V., Sicherl, et al. (2006). Methodological Challenges of Digital Divide Measurements. The Information Society 22: 279-290.